

Vivência do afastamento, readaptação profissional e retorno ao trabalho entre professores estaduais

Leave, professional readjustment and return to work experiences among state teachers

Experiencia de alejamiento, readaptación profesional y regreso laboral entre los maestros del estado

Higor das Chagas Luna de Oliveira

Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, Brasil

higorchagasl@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-1616-7345>

Maria Luiza Gava Schmidt

Faculdade de Ciências e Letras, São Paulo, Brasil

mlschmidt@uol.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-3296-7238>

Recebido em 16 de março de 2021

Aprovado em 31 de março de 2021

Publicado em 03 de abril de 2023

RESUMO

A readaptação profissional é um processo complexo decorrente do retorno laboral após adoecimento ou acidente. Esta pesquisa teve como objetivo identificar a percepção do afastamento por doença, o retorno ao trabalho e o processo de readaptação entre professores da rede estadual de ensino. Foi realizada junto a uma Diretoria de Ensino localizada no interior do estado de São Paulo. Tratou-se de um

estudo de abordagem qualitativa tendo como participantes quinze professores readaptados. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista individual semiestruturada. A análise das entrevistas foi embasada na Psicodinâmica do Trabalho. Os discursos dos participantes sobre as experiências e sentimentos refletiram manifestações singulares revelando a díade entre o prazer e o sofrimento nas três etapas: afastamento, readaptação e retorno ao trabalho. Os resultados revelam que o sofrimento nestas fases surge do sentimento de inutilidade, perda da identidade com o trabalho e discriminação. O apoio social das relações socioprofissionais mostrou ser um aspecto importante para amenizar o sofrimento e ressignificar o trabalho.

Palavras-chave: Afastamento do trabalho; Readaptação profissional; Professor estadual.

ABSTRACT

Professional readjustment is a complex process resulting from return to work after illness or accident. This study aimed to identify the perception of sick leave, return to work and the readjustment process among state teachers. It was conducted along a Teaching Board located in the interior of the state of São Paulo. This was a qualitative approach study with fifteen readjusted teachers. Data were collected by means of an individual semi-structured interview. The analysis of the interviews was based on Work Psychodynamics. The discourses of the participants on their experiences and feelings reflected singular manifestations revealing the dyad between pleasure and suffering in the three stages: leave, readjustment and return to work. The results revealed that suffering in those phases arises from a feeling of uselessness, loss of identity with work and discrimination. The social support of socioprofessional relations has proved to be an important aspect to alleviate suffering and resignify work.

Keywords: Work leave; Professional readjustment; State teacher.

RESUMEN

La readaptación profesional es un proceso complejo derivado del regreso laboral tras una enfermedad o un accidente. El objetivo de esta investigación fue identificar la percepción del alejamiento por enfermedad, el regreso laboral y el proceso de readaptación entre los maestros de la red estadual de enseñanza. Se llevó a cabo en un Consejo de Educación situado en el interior del estado de São Paulo. Fue un estudio de enfoque cualitativo que tuvo como participantes a quince maestros

readaptados. Los datos se recogieron mediante entrevistas individuales semiestructuradas. El análisis de las entrevistas se basó en la Psicodinámica del Trabajo. Los discursos de los participantes sobre las experiencias y sentimientos reflejaron manifestaciones singulares revelando la díada entre el placer y el sufrimiento en las tres etapas: alejamiento, readaptación y regreso laboral. Los resultados revelan que el sufrimiento en estas fases surge del sentimiento de inutilidad, la pérdida de identidad con el trabajo y la discriminación. El apoyo social de las relaciones socioprofesionales resultó ser un aspecto importante para aliviar el sufrimiento y dar un nuevo sentido al trabajo.

Palabras clave: Alejamiento del trabajo; Readaptación profesional; Maestro del estado.

Introdução

O adoecimento físico (caracterizado principalmente por distúrbios da voz e osteomusculares) e mental (decorrentes de transtornos psíquicos como por exemplo: quadros depressivos, ansiosos, dentre outros) de professores tem sido uma temática discutida por vários autores, os quais apresentam resultados de diferentes contextos que expõem estes trabalhadores a exaustão emocional, estresse, cansaço mental, entre outros (BAPTISTA et al., 2019; OLIVEIRA; PEREIRA; LIMA, 2017; LIMA; LIMA-FILHO, 2009; AMARAL; BORGES; JUIZ, 2017; CARLOTTO et al., 2019; SANTANA; NEVES, 2017).

Dentre os principais fatores que precarizam o trabalho dos professores estão as situações geradoras de conflitos e de experiência de agressão até mesmo por pais de alunos (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005), os baixos salários, falta de motivação e pouco investimento no sistema educacional (MACHADO; LIMONGI, 2019). Estes aspectos somados à “[...] insatisfação no trabalho e o desprestígio profissional estão entre os fatores que mais contribuem para que os professores deixem a profissão” (LAPO; BUENO, 2003, p. 65).

Diante do alarmante quadro de adoecimento de professores, Araújo, Pinho e Masson (2019, p. 11) destacam a necessidade de priorizar intervenções na organização e processo de trabalho visando “[...] estimular e sustentar políticas de

regulação do trabalho (suas condições e características), amparadas em processos participativos”. No entanto, enquanto as ações interventivas não se efetivam, “[...] o número de afastamentos [de professores do trabalho] vem aumentando de forma alarmante nos últimos anos no Estado de São Paulo” (ANTUNES, 2014, p. 149). Em 2017 foram afastados 27.082 professores estaduais por transtornos mentais ou comportamentais, sendo considerado um número bastante expressivo (ARCOVERDE et al., 2017).

Após o afastamento devido a problemas de saúde relacionados ou não ao trabalho, o trabalhador necessita, para retornar às atividades laborais, passar por avaliação médica para este profissional verificar se há capacidade suficiente para o desempenho da função, bem como “[...] assegurar a adequação das condições laborativas às capacidades do trabalhador, principalmente para os casos em que haja sequelas com restrições temporárias ou permanentes” (SILVA-JUNIOR, 2018, p. 994). Nas situações em que o trabalhador apresente sequela física e/ou mental “[...] que comprometa o desempenho profissional, torna-se necessária a abordagem reabilitadora” (SILVA-JUNIOR, 2018, p. 994).

Antunes (2014), mediante pesquisa de revisão bibliográfica e estudo de campo, identificou que as readaptações por motivo de doenças ligadas às questões psicológicas, como estresse e depressão, são graves entre professores. Trata-se de “[...] um processo longo e complexo que o servidor público precisa percorrer cumprindo os procedimentos burocráticos do Estatuto do Servidor Público Estadual e as devidas injunções da burocracia interna da Secretaria de Saúde” (ANTUNES, 2014, p. 151).

Devido às perdas de capacidade para desenvolver as atividades laborais provocadas pelas limitações decorrentes de acidentes ou adoecimento no processo de readaptação, em algumas situações o trabalhador passa a desempenhar as tarefas anteriores ao afastamento com algumas restrições, ou necessita mudar de função para executar outras atividades laborais (BICALHO, 2014). Por estas razões, na recolocação do trabalhador mediante o processo de readaptação, pode ocorrer

“[...] atribuições de cargo em nível diferente (inferior) de esforço para o qual foi admitido” (ANTUNES, 2014, p. 151).

Para Toldrá et al. (2010), a restrição laboral e o retorno ao trabalho estão entre os aspectos mais complexos das políticas de atenção à saúde do trabalhador, uma vez que “[...] trabalhadores com restrições frequentemente passam a ser cidadãos de segunda classe nos locais de trabalho” (MAENO; VILELA, 2010, p. 92). Por ser um processo complexo, o retorno ao trabalho (RT) mediante readaptação sofre “[...] influência de fatores facilitadores e barreiras produzido na interação indivíduo-contexto” (LIMA, 2018, p. 996). No caso dos professores, a principal barreira parece estar na própria instituição/trabalho, onde cada escola age de um jeito, não havendo uma padronização de funções para os professores readaptados (ANTUNES, 2014). Além disto, na maioria das vezes não oferece condições compatíveis para o readaptado realizar seu trabalho, além disso, possibilita “[...] a ocorrência de situações que levam os readaptados a se sentirem como um ‘estorvo na vida da escola’, ou ‘escória’, de alguém que não teria ‘utilidade’ para fazer alguma coisa e a situação da pessoa não é resolvida” (VIEIRA, 2013, p. 100).

Medeiros (2010, p. 132) observou que a própria dinâmica da organização do trabalho da escola torna-se “[...] desfavorável à reintegração por não considerar, efetivamente, em seu cotidiano, as possibilidades de atuação destes profissionais, cuja capacidade passa a ser menosprezada ou, em situações extremas, o readaptado se torna ‘invisível’ profissionalmente”. Para Macaia (2013), o retorno às mesmas condições de trabalho ou mudanças de função sem o devido acolhimento da instituição escolar e da política de readaptação influencia na evolução dos quadros clínicos, com piora dos sintomas. Outro aspecto relevante diz respeito à perda do sentido do trabalho, posto que o processo, mesmo buscando ser benéfico, retira o trabalhador da participação de atividades que o interessam, para as quais foi concursado (VIEIRA, 2013). Desse modo “O professor que se readaptou deixa a classe duas vezes: a primeira é a sua própria sala de aula e a segunda é a classe de ser professor, a categoria” (PENA, 2017, p. 50). As novas atividades que lhe são

impostas se tornam sem significado e não proporcionam realização profissional (AMARAL; MENDES, 2017).

A falta de suporte social também é um fator que compromete a eficácia do retorno do professor readaptado. Pena (2017), ao analisar a relação de trabalho e os vínculos com outros profissionais entre professores no processo de readaptação, identificou relatos “[...] de agressões, situações vexatórias e ‘brincadeiras de mau gosto’ de colegas de profissão” (PENA, 2017, p. 50). Além disso, nas escolas, muitos gestores não sabem como proceder diante do retorno de um professor que, tendo saído doente, volta readaptado (MEDEIROS, 2010), sendo que Macaia e Fischer (2015) identificaram o papel da gestão da escola como um elemento essencial aos processos de retorno ao trabalho de professores ativos e readaptados.

Macaia e Fischer (2015) estudaram o retorno ao trabalho em professores municipais do ensino fundamental da rede municipal da cidade de São Paulo e verificaram que “[...] o estado de readaptação foi ora percebido como sentimento de inutilidade, ociosidade, frustração e desespero, mas também como uma situação possível para além da sala de aula” (MACAIA; FISCHER, 2015, p. 845). Amaral e Mendes (2017, p. 105) consideram “[...] a readaptação profissional de professores como uma promessa que não se cumpre [...]” e afirmam, com base na análise da produção científica brasileira, que “[...] a forma como os processos de readaptação têm sido conduzidos, na maioria das vezes desconsiderando o contexto laboral que gerou o adoecimento e culpabilizando o trabalhador, tem agravado seu estado de saúde” (AMARAL; MENDES, 2017, p. 105).

Diante destas concepções, esta pesquisa teve como objetivo identificar a percepção do afastamento por doença, retorno ao trabalho e processo de readaptação entre professores da rede estadual de ensino.

Percurso metodológico

O projeto desta pesquisa foi apresentado à dirigente regional de ensino de uma Diretoria Regional de Ensino de um município do interior do estado de São

Paulo, que considerou a temática relevante e ofereceu a infraestrutura adequada para coleta de dados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Participaram, voluntariamente, 15 professores servidores públicos do ensino fundamental e médio da rede estadual, provenientes de 12 escolas, jurisdicionadas na respectiva Diretoria.

Para o estudo, utilizamos a amostra de conveniência. Os professores foram convidados por divulgação da pesquisa pelo setor administrativo da Diretoria de Ensino, local onde também realizamos a coleta de dados, entre os meses de abril e agosto de 2019. Utilizamos como instrumento a entrevista individual semiestruturada, cujo roteiro foi elaborado pelos pesquisadores e teve duração de aproximadamente duas horas cada uma. A escolha deste instrumento se deu pelo fato desse permitir identificar aspectos psíquicos e subjetivos vividos pelos participantes (UCHIDA; LANCMAN; SZNELWAR, 2010).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras de Assis e está registrada na Plataforma Brasil CAAE: 06298918.4.0000.5401. Antes do início da coleta de dados, foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a cada convidado, momento em que foram esclarecidos os objetivos e instrumentos da pesquisa e, também as demais questões éticas.

Os relatos foram registrados na íntegra pelos pesquisadores, sem eliminar o caráter espontâneo das falas. Para o tratamento dos dados, seguimos a classificação em categorias de análise conforme descrito por Gomes (2002). Na primeira etapa, realizamos ordenação dos dados mediante a releitura do material e organização dos relatos. Na segunda etapa, selecionamos os trechos relevantes e agrupamos por categorias. Seguimos para interpretação com base nos referenciais teóricos.

As entrevistas foram analisadas à luz da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), proposta por Christopher Dejours. Esse autor utiliza a Psicanálise de forma não reducionista para analisar os fenômenos subjetivos do mundo do trabalho e

compreender aspectos da relação entre o prazer e sofrimento. A Psicodinâmica do Trabalho, enquanto método, configura-se como uma “[...] investigação do tipo qualitativa, em que busca apreender a percepção, compreensão e participação dos sujeitos diante de problemas investigados” (UCHIDA; LANCMAN; SZNELWAR, 2010, p. 198). Nesta perspectiva,

por meio de uma escuta atenta, busca-se permitir a emergência dos sofrimentos, angústias, receios, medos, desafios, das engenhosidades diante de dificuldades, e imprevistos tão frequentes, dos prazeres da superação e resolução dos problemas insolúveis, assim como a obtenção do reconhecimento etc. (UCHIDA; LANCMAN; SZNELWAR, 2010, p. 198)

Todos os participantes já haviam tido licenças médicas e retornado ao trabalho mediante readaptação profissional. Adotamos como critério de inclusão: ter sido afastado do trabalho por adoecimento e estar em exercício profissional após readaptação há pelo menos três meses, período que os pesquisadores consideraram como tempo suficiente para obter-se uma avaliação do processo de readaptação.

Em decorrência da redução da capacidade funcional para o trabalho em sala de aula, esses professores passaram a exercer as atividades em áreas administrativas da própria escola ou na Diretoria de Ensino do Município. Dos quinze, no momento da coleta de dados, sete realizavam atividades administrativas (cinco na Diretoria de Ensino e dois nas secretarias das escolas), quatro atuavam em salas de leitura nas bibliotecas de escolas, um atuava como inspetor escolar e três não tinham local definido no momento das entrevistas e estavam atuando na Diretoria de Ensino aguardando a definição. O período de afastamento por adoecimento em cada caso foi acima de um ano, sendo que média de tempo de afastamento total da amostra foi de 5,93 anos.

Resultados

Percepção sobre o afastamento

Quando o trabalhador se afasta do trabalho em decorrência de doença, a ausência é certificada por licença médica, o afastamento passa a ser denominado absenteísmo-doença, conforme prescrito pela *Permanent Commission and International Association on Occupational Health* (1973). Dejours (2015) associa o absenteísmo com um escape do trabalhador, uma busca por equilíbrio diante da insatisfação na relação com um trabalho adoecedor, uma alternativa quando se chega ao limite, ou seja, um mecanismo de fuga da situação geradora de sofrimento.

Quando questionados sobre os motivos do afastamento do trabalho, na opinião deles o afastamento ocorreu por algum transtorno mental denominado por eles de “problema psíquico”. Embora esta informação não tenha sido possível de ser confirmada mediante análise de atestado médico, a literatura aponta para a prevalência dos transtornos mentais e comportamentais nesta categoria profissional em diferentes contextos (MACHADO; LIMONGI, 2019; CARLOTTO et al., 2019; TOSTES et al., 2018; BATISTA et al., 2016). Tostes et al. (2018), mediante estudo transversal do sofrimento mental com professores do ensino público do Paraná, identificaram distúrbios psíquicos menores em 75%, depressão em 44% e ansiedade em 70% dos participantes, resultados considerados pelos autores “[...] muito superiores aos encontrados em outros grupos de professores, outras categorias profissionais e/ou outros grupos populacionais” (TOSTES et al., 2018, p. 96).

Os motivos do adoecimento foram associados por eles às situações do trabalho, como: número excessivo de alunos, somado à indisciplina e violência vivenciadas na sala de aula. No entanto, apenas a opinião deles não permite afirmarmos esta relação de causalidade. Temos conhecimento que o estabelecimento do nexos causal entre o trabalho e o adoecimento tem sido amplamente discutido, pois se trata de “[...] um tema complexo, já que cada processo é único e envolve a história de vida e de trabalho de cada sujeito” (GIROTTI; DIEHL, 2016, p. 92). Por isto, doenças de etiologia multifatorial, como é o caso de doenças mentais requer investigação de outras possíveis causas conhecidas, as concausas, que podem exercer influência significativa no

desenvolvimento do adoecimento (NEVES, 2011). Vale acrescentar que “ a identificação de apenas um fator de risco no ambiente laboral (que poderia estabelecer, por exemplo, um Nexo Técnico Epidemiológico) não é elemento suficiente para o estabelecimento do nexos causal entre estes transtornos e o trabalho” (BERTOLOTE; SILVA ; ARCOS,2016, p.241).

O tempo de afastamento para a maioria foi de longo período, ou seja, acima de um ano. De acordo com Bastos et al. (2018), os transtornos mentais são os principais causadores de afastamento por longos períodos, conferindo riscos para o bem-estar, afetando comportamento e emoções. O tempo prolongado de afastamento produz também fatores estressantes que deterioram o bem-estar do sujeito, influenciando negativamente na sua qualidade de vida (KENTOŠ; BIRKNEROVÁ; KOMÁROVÁ, 2010).

Ademais, “[...] a situação de afastamento do trabalho impõe uma revisão dos modos de vida desses trabalhadores, desestabiliza, movimenta, tensiona e exige recursos para a busca ou a produção de linhas de fuga” (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008, p. 217). De acordo com Zavarizzi e Alencar (2018, p. 116), “[...] o processo de afastamento do trabalho desestrutura a identidade do indivíduo, uma vez que impede o reconhecimento de seu papel social e por atribuir a ele um papel de doente”. Estar afastada foi, para uma das entrevistadas, um momento que permitiu o distanciamento dos estressores laborais, dentre os quais a sala de aula com muitos alunos, como exemplifica seu relato:

“O melhor benefício foi não lidar com público grande, esse público me estressava e angustiava; a minha melhora que eu vejo hoje é não ter que lidar com público grande” (S2).

A relação com o número excessivo de alunos, de acordo com o discurso da professora, se mostra fundamental para seu adoecimento. A intensificação do trabalho decorrente de turmas numerosas, submete os professores à sobrecarga de trabalho, podendo colaborar com o quadro de adoecimento mental e afastamento do trabalho, conforme identificado por Macaia e Fischer (2015). Ao se considerar a

importância que o trabalho possui enquanto referência na vida social, diante da vivência do “não trabalho” os processos de subjetivação estão marcados pela incapacidade, inutilidade e pelo sofrimento (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008; MACAIA; FISCHER, 2015).

Assim, “[...] a genealogia dos modos como os trabalhadores vivenciam o afastamento por adoecimento e a reabilitação profissional aponta para uma trama, tecida por múltiplos fios e atravessada pela singularidade da trajetória de cada trabalhador” (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008, p. 215), que foram sendo reveladas nos seus relatos quando contaram sobre seus sentimentos e percepções, conforme exemplificado nos seguintes discursos:

“Tinha muito momento em que eu me senti inútil, é horrível se sentir assim” (S2)

“Nessa época eu senti a necessidade de trabalhar, ser útil” (S5)

“Eu queria voltar a trabalhar voltar a ser útil” (S4)

De acordo com uma das entrevistadas, ficar afastada por longo período gerou angústia: “[...] foi assim longo. Você fica naquela angústia” (S11). Seu relato evidencia o sofrimento nesta situação, mais especificamente a angústia. Sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, é por meio do conceito psicanalítico de angústia que Dejours irá pensar a gênese do sofrimento na relação com o trabalho.

Dentre os relatos, surgiram queixas de que o período do afastamento não foi suficiente para recuperação da saúde. Como revelou uma das participantes: “Não foi o suficiente porque ainda não estou bem... Uma coisa que eu acho chata no serviço é ficar faltando, se eu tivesse um tempinho a mais para terminar meus exames teria sido melhor” (S4). Ao falar sobre sua vivência do afastamento, outra entrevistada disse perceber que a terapia e os medicamentos foram importantes na fase: “Eu acho até que eu tive uma relação melhor por conta que continuo fazendo tratamento ainda, eu faço terapia, tomo medicação e acompanho o psiquiatra” (S9).

Outra entrevistada relatou sobre sua vontade de voltar ao trabalho e os conflitos com a opinião do médico: “Passei uma licença, terminou o ano, no ano

seguinte tentei ir de novo no primeiro dia. Chegava ao médico e ele falava ‘você é teimosa’, ele falava ‘enquanto eu não vir que você está apta a trabalhar eu não te dou alta’, mas no ano seguinte eu tentei de novo e passei mal de novo” (S3). Este discurso revela que retornar ao trabalho “[...] constitui-se em um importante objetivo de suas vidas e na forma de refazer a imagem (ou a identidade) de um ‘bom’ trabalhador, reconhecido pela sua capacidade produtiva” (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008, p. 219).

Segundo Lancman, Toldrá e Santos (2010), as mesmas condições e organização que geram o adoecimento, juntamente com os elevados níveis de sofrimento, levam os trabalhadores a desenvolverem um conjunto de resistências relacionados a se depararem com as mesmas condições no retorno ao trabalho. O adoecimento é entendido como algo individual, gerando o sentido de inutilidade, pois é necessário admitir as novas limitações e aceitar adaptar-se ao que será oferecido. Dessa forma, após o adoecimento, o trabalhador sente necessidade de reconstruir a própria identidade, vulnerada pela impossibilidade de realização das atividades que realizava anteriormente e pelo fato de não saber mais, exatamente, quais são seus limites e suas possibilidades dentro das suas atividades (RAMOS; TITTONI; NARDI, 2008).

Ainda sobre o período de afastamento, alguns dos entrevistados disseram que, mesmo com a licença saúde, tiveram que continuar trabalhando em um segundo emprego. Devido à insuficiência de um salário condizente com as necessidades pessoais de alguns profissionais, era necessário um segundo ofício para complementar a renda, porém, pela falta de carteira assinada e de direitos trabalhistas nesses, mesmo com licença, eles tiveram que desempenhar suas funções de forma regular nessa segunda ocupação. “[...] na parte de tirar licença tinha que trabalhar também né, tirava licença de um lado e trabalhava do outro” (S6).

Outro aspecto relevante associado ao período do afastamento, foi a sensação de estar isolado dos olhares dos outros e fuga do sentimento de vergonha dos sintomas, conforme mostram os seguintes discursos:

“Eu tremia muito, tinha muitos tremores... tinha vergonha das pessoas me verem daquele jeito, na verdade essa parte foi até uma parte positiva porque se eu me afastasse as pessoas não precisavam ver o jeito que eu estava” (S2).

“Me isolei num quarto, lá eu coloquei uma televisão, fazia minhas coisas, mas eu me afastei muito da minha família, lá eu explodia e chorava” (S7).

“Eram 24 horas num quarto fechado do hospital. Interditada, sem ver os netos, não tive muita noção desse espaço de tempo. Não consigo ter noção temporal, sei que me relatam que fui cuidado por eles, por tudo, mas não fazia nada sozinha, apenas dormia, eu vegetei” (S13).

Entre os aspectos negativos apontados no decorrer do período de afastamento, sobressaíram as queixas relativas à necessidade de passar por avaliação em perícia médica. Nos relatos, o momento da perícia era, para os entrevistados, marcado por medo e aflições, sobretudo devido ao tratamento recebido, considerados por eles como desumanos. Na relação com os peritos, eles relataram que se sentiram desacreditados de suas queixas e em algumas situações humilhados pelos profissionais médicos que os avaliavam. Sobre isto seguem alguns relatos:

“Fora o tratamento, às vezes, hostil dos médicos peritos, era muito grande. Às vezes em forma de descrença e de palavras rudes” (S12).

“As perícias que você faz constante, o descaso que eles tem com os funcionários, você tem que levar o laudo da psicóloga, do psiquiatra e quem tá te atendendo não é um psiquiatra é um perito, então se você tá bem, as questões são assim humilhantes, eles duvidam da sua palavra, não tem credibilidade... Tem hora que eu surto mas não é sempre, se você está bem você tem que voltar lá de novo, é um gasto que você tem, é um transtorno que você tá lá, ficam questionando e sai do seu bolso” (S13).

“[...] os peritos são assim muito diferentes... eles são médicos psiquiatras, mas parecem, eles são muito diferentes, eles não conseguem entender que você é doente. Eu vi coisas inacreditáveis, uma perícia que me marcou muito que eu lembro

que voltei chorando e saiu negada” (S11).

As queixas relativas à necessidade de passarem por avaliação de médico perito também foram associadas à distância que precisam percorrer para chegar à consulta, somadas às despesas para fazer as viagens entre o município de origem e o município para onde eram encaminhados, sendo que em algumas situações tiveram que percorrer 400 km ou mais. No relato seguinte, essas queixas se exemplificam:

“O Estado de São Paulo inteiro eu rodei, dificultava no último as perícias, por isso eu falo pra você eles dificultam o máximo pra você desistir, esse estado de São Paulo eu conhecia norte, leste e sul ele, fui à..., fui para perto de... agora o mais perto para mim é..., mas eu ia para a redondeza bem às vezes, muito gasto, gasto físico, mental e monetário horrível” (S3).

Com base nestas situações, confirmamos as concepções de Tittoni e Nardi (2008, p. 78), pois de fato:

Todo este processo coloca os trabalhadores em uma situação contraditória, pois devem apresentar-se fragilizados e incapacitados para que a existência do seu adoecimento não seja questionada. Assim, as formas utilizadas para evitar a fragilização e a incapacidade advindas da sua situação devem ser demonstradas ao inverso para os profissionais da área da saúde que lhes prestam assistência, principalmente. A possibilidade de seu acesso aos direitos sociais passa pela comprovação da sua incapacidade, fragilidade e improdutividade.

O readaptado, devido aos aspectos legais, tem a obrigação de continuar passando pela perícia a cada dois anos. Essa necessidade existe pelo fato desse trabalhador precisar mostrar se está apto para voltar para o exercício de lecionar ou se vai continuar sendo readaptado em outra função.

A obrigatoriedade da legislação de retorno aos exames periciais, bem como a morosidade no processo de resposta da avaliação também foi apontada como fonte de ansiedade, sobretudo, devido ao medo de ter que retornar ao trabalho. Como verbalizado no discurso:

“[...] tinha aquela ansiedade da perícia ser negada, mas sempre aquela dúvida que pairava sobre a perícia” (S12).

A ansiedade proveniente das incertezas e tensões conforme disse um entrevistado:

“Ano passado eu passei pela perícia dia 17 de janeiro e saiu o resultado apenas dia 2 de agosto. Eu fazia parte de um grupo de professores no Facebook e ali todo dia me martirizando eu lia as readaptações cessadas. Eu via a minha vida funcional mudada, e comecei a pensar sobre isso, isso me martirizou porque foi difícil durante esses oito meses. Eu fazia o seguinte, eu acordava às 5 da manhã, todo dia, quando o diário oficial era publicado e ali eu verificava se tinha saído minha readaptação ou não, acarretava uma ansiedade muito grande, era desgastante, todo dia que eu via que não tinha saído nada eu ficava mais tranquilo até o outro dia. Não dava 24 horas de tranquilidade [...]” (S12).

Medeiros (2010), em sua pesquisa com trabalhadores readaptados, também identificou vivências dos de sofrimento relacionado à junta médica provocado pelo desrespeito no momento da avaliação. Dentre os participantes, apenas um relato de ter sido atendido bem pelo perito foi verbalizado: “Engraçado que eu faço parte daquele grupo do Facebook, readaptados, e eu escutei tanta reclamação, e as três vezes que eu fui não posso falar isso pra você, eu fui bem atendida, me explicaram algumas coisas esse tipo de reclamação eu não tive não” (S8).

Percepções sobre retornar ao trabalho readaptado

Quando questionados sobre o retorno ao trabalho readaptado, os participantes apresentaram relatos que apontaram vivências de prazer e sofrimento neste processo. As vivências marcadas por experiências prazerosas foram associadas à mudança de função, o que ocasionou o afastamento dos estressores da sala de aula, especialmente nos casos em que foram readaptados em contexto administrativo fora das escolas, como por exemplo na Diretoria de Ensino. Sobre isso, disseram:

“Aqui não tem aluno, não tem sinal batendo na sua cabeça e o acolhimento das pessoas, eles foram muito receptivos, que foi positivo” (S4).

“Eu saio de casa e venho trabalhar com prazer, o que não acontecia antigamente, eu vinha com medo, vinha apavorado e o tempo de espera da readaptação eu tinha pânico até de passar na escola, depois eu aprendi a lidar com isso, isso é um ponto benéfico poder vir trabalhar diariamente e com tranquilidade” (S12).

O que foi possível apreendermos das falas de alguns foi o fato de poderem voltar a desempenhar um papel social novamente. Ademais, embora para alguns tenha havido relatos de sentimentos de saudade dos alunos e das tarefas de professor, aspectos positivos também foram associados à saída das atividades em sala de aula, como nos exemplos subsequentes:

“Apesar de tudo foi benéfica porque me afastei em sala de aula, uma coisa que eu gostava muito, mas sabia que eu não ia produzir mais nada” (S2).

“Foi muito benéfico, a principal diferença tá no não contato com aluno” (S12).

“Eu gostava de dar aula, só que foi benéfico porque eu não tenho mais condições de dar aula” (S15).

Expondo sua opinião sobre a possibilidade de voltar a executar atividades em sala de aula, outro respondente comentou: “[...] eu acho que não vou conseguir voltar não, não porque eu não queira, mas esse negócio acho que ficou um trauma, sabe é uma coisa que não consigo explicar, então não tenho vontade, foi benéfico sair” (S3).

Nos relatos, pudemos observar também que “[...] a simples ideia de voltar ao contexto de trabalho depois de um afastamento por motivo de saúde, de voltar a experimentar as pressões que o levaram ao seu estado atual, tende a transformar-se em algo aterrorizante” (BERNAL, 2010, p. 189). Por sua vez, o sentimento de sentir-se útil novamente emergiu, como um aspecto positivo, como mostram os seguintes relatos:

“Você volta a se sentir útil, volta a ter uma responsabilidade de se sentir útil

dentro da sociedade, ser produtivo novamente” (S4).

“Eu acho que compreensão, acolhimento na parte de entender o seu problema e não achar que aquilo tá sendo um fingimento uma coisa errada e me sentir útil, que meu trabalho seja útil e valorizado [...]” (S9).

“[...] alguma forma de me sentir mais útil, isso é importante eu me sinto útil” (S12).

Cestari e Carlotto (2012), em seus estudos sobre reinserção laboral, apontam que o trabalho revela a necessidade de se sentir produtivo, útil, proporcionando tanto questões objetivas, de sobrevivência, como subjetivas, ligadas a ambições pessoais. Assim, na volta, o trabalhador busca o exercício de suas potencialidades e habilidades. “O trabalho é, portanto, elemento constitutivo da sua história de vida que não se rompe com o agravamento da saúde; é, tão somente, interrompido por motivo de incapacidade, seja ela ocasionada por doença ou por acidentes de trabalho” (CESTARI; CARLOTTO, 2012, p. 111). Além disso, o sentimento de voltar a ser útil parece estar bastante ligado ao fato de estar sendo reconhecido novamente por aquilo que produz.

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, dúvidas, decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção da identidade. (DEJOURS, 2001, p. 34)

Nos discursos, os participantes reafirmam que o trabalho tem um importante papel na estruturação de identidade do indivíduo. E, por meio dele, as pessoas têm a possibilidade de realização de expressão de competências e de integração social (ANDRADE; CARDOSO, 2012).

Outro aspecto foi a maneira como foram acolhidos após serem readaptados a outras funções e outros locais de trabalho. Esse acolhimento mostra-se benéfico aparentando ser um ambiente de cooperação e entendimento. O trabalho, na

medida em que implica a cooperação voluntária dos agentes, convoca também os que trabalham a investir na construção de regras que cumprem o papel não só em relação ao trabalho, mas também a vida em comum, já que trabalhar não é apenas uma atividade, mas também estabelecer relações com outros (DEJOURS, 2001).

A identificação com as novas atribuições também surgiu como um aspecto positivo no retorno ao trabalho.

“Foi como se tivesse aberto uma porta pra mim com liberdade, não tinha medo se tinha aluno, se tinha que dar aula, eu fui tirando aqueles compromissos da minha cabeça, sabia que tinha que vir aqui, era vir aqui sabendo que tinha que fazer outra coisa que não era ser professora” (S13).

“[...] eu lembro assim, muitas vezes quando eu saio entro no carro, e penso como passou o dia bem, você sente aquela satisfação, vou embora e cumpri, foi fácil, gostoso, foi prazeroso, e quando eu estava na sala de aula às vezes eu saía daqui e não queria nem ir lá, eu já entrava no carro com material só pra sumir daqui” (S11).

Esses relatos revelam a satisfação dos trabalhadores com as novas experiências profissionais e confirmam que “Mais do que um modo de ganhar a vida, o trabalho é um processo de constituição do indivíduo e da sua identidade” (LANCMAN; TOLDRÁ; SANTOS, 2010, p. 108).

Para Antunes (2014, p. 150), “[...] o processo que se inicia com o mal-estar, passando pelo adoecimento e culminando na situação de readaptado, impactam a identidade profissional”. Com base na Psicodinâmica do Trabalho, foi possível compreendermos que, para estes professores, é preciso a retribuição moral e afetiva em sua identidade, em termos de reconhecimento e gratidão. Sobretudo, pelo fato de alguns não se sentirem mais professores, de terem perdido essa identidade profissional, posto que o reconhecimento se expressa na dinâmica subjetiva de contribuição/retribuição, sendo este fundamental para a construção da identidade do sujeito no trabalho, e conseqüentemente para sua saúde mental (DEJOURS, 2004). A perda da identidade foi revelada no decorrer das entrevistas, como exemplificam

os relatos:

“[...] uma coisa que me doeu muito foi perder a identidade de professora, porque assim quem me conhecia antigamente sabia que eu era professora” (S9).

“Em relação a escola, eu esqueci que sou professora, lembro que sou profissional administrativo, doe e aboli tudo que se diz de escola [...]” (S13).

“Achei que a parte mais difícil era a aceitação de que eu não podia ser mais professora” (S1).

De acordo com Barbosa (2014, p. 12),

[...] a identidade docente é construída a partir da escolha da profissão, permeando a formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais em que se desenvolve a profissão, o que lhe impõe uma dimensão no tempo e no espaço. E estabelecida sobre os saberes profissionais e atribuições de ordem ética e deontológica.

Num dos relatos, o sofrimento emerge justamente da desconstrução desta identidade: “[...] poxa vida se eu estivesse na sala de aula meu trabalho seria mais valorizado, que ser uma professora readaptada, até para você falar para as pessoas. Parece que tira um pouco do brilho da coisa, se alguém pergunta eu falo que não sou mais professora” (S11).

De acordo com Lancman, Toldrá e Santos (2010), juntamente com a perda de identidade, em alguns casos, vem a perda de capacidade laboral acometida pela doença, vide relatos:

“A readaptação deixa sequela, se me sentir pressionado dá branco, as ideias somem, estou com espasmo facial, tá me incomodando bastante” (S14).

“Uma das coisas que me pegou foi a falta de memória, não tenho mais memória das libras, algumas coisas, bem poucas mesmas, eu consigo” (S6).

Dentre os participantes houve também uma situação bem específica ocorrida com um respondente. Neste caso, ele relatou que foi convocado a passar por uma junta médica e foi readaptado mesmo tendo interesse em continuar em sala de aula. Sobre isto ele relatou:

“Eles me chamaram para uma perícia, achei até que era para ver meus exames, eles falaram que não, era um processo de readaptação, falaram ‘a gente vai passar você pela junta médica’. Mas assim, eles dão poucas informações, por exemplo, eu saí de lá sem nenhuma resposta e saiu publicado no Diário Oficial no final de ano, foram seis meses” (S10).

Quando perguntamos se havia alguma diferença na realização do trabalho fora da sala de aula, após ser readaptado, uma respondente disse: “[...] é diferente, você é professor, mas não é, desde 2014 eu estou na sala de leitura, é uma pegada mais de professor, mas quando eu vim eu não era nada” (S10).

As vivências de retorno ao trabalho foram marcadas por discursos de queixas de perda do sentido do trabalho, discriminação e preconceito.

Para Dejours (2007), uma das formas de transformação do sofrimento em prazer se dá pelo sentido do trabalho. Dentre os discursos, foi possível verificar que o trabalho assumiu significados diversificados na vida de alguns dos participantes, especialmente quando eram alocados para desenvolver tarefas nas quais não encontravam sentido, como foi verbalizado nos discursos que seguem:

“[...] no começo eu me sentia assim levada, não menosprezando o trabalho, mas me degradando, tinha uma capacidade intelectual que não estava sendo utilizada, eu podia estar em outro lugar que eu podia ajudar” (S5).

“[...] já sofri muito em falar que sou readaptado, por que o que você é? Nada! Como assim readaptado, o que você faz? Nada! Hoje eu vejo assim que eu sou útil para alguma coisa na escola, mas que não é minha função dar aula” (S2).

“[...] eles mandavam eu rasgar um monte de papel, fazer coisas insignificantes, não presta mais para nada, eu fiquei ali inútil, mesmo que eu não pudesse fazer nada, me discriminaram muito nessa escola. Não tinha papel definido, era tipo um lixo... você fica que nem um cachorro perdido, um lixo jogado do lado agora fazer coisas insignificantes você se sente mais inútil do que você já está” (S15).

Nas situações relatadas, nota-se que as queixas estão relacionadas à

execução das tarefas. De acordo com Dejours (2015, p. 61),

[...] executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforços e de vontade, em outras circunstâncias suportada pelo jogo da motivação e desejo. A vivência depressiva alimenta-se da sensação de anquilose mental, de paralisia da imaginação.

Vale ressaltar que as novas funções atribuídas ao trabalhador readaptado devem ser compatíveis com as limitações funcionais, além de se aproximar do cargo anterior em similaridade, como complexos de atribuições, escolaridade e responsabilidades (CAVALCANTE, 2011). No entanto, isto parece ter sido negligenciado na recolocação de alguns dos participantes desta pesquisa, fato que interfere na realização profissional bem como na emergência de sofrimento psíquico na relação com o trabalho. O que encontramos em vários discursos foi a sensação permanente de impotência e incapacidade, em que os conhecimentos acumulados por anos de dedicação são considerados inúteis e descartáveis (DEJOURS, 2002).

Mediante os relatos também foi possível notar a falta de planejamento dos trabalhadores no retorno ao trabalho e a falta de reconhecimento de suas possibilidades de trabalhar mesmo com limitações. Vale destacar que o processo de readaptação profissional não é apenas a volta do trabalhador ao seu posto. Acompanhar esse é fundamental para que seu retorno não se transforme em um processo de exclusão tardia em decorrência de uma série de fatores como a intolerância e o preconceito (LANCMAN; TOLDRÁ; SANTOS, 2010).

Outra questão diz respeito à falta de planejamento que reflete em uma função não definida dentro do local de trabalho. Como nos relatos:

“Era ruim, muito ruim porque dá aquela sensação que você não serve pra mais nada, então você faz o que quiser, desde que não seja pedagógico” (S1).

“[...] tipo Bombril, faz café, faz aquilo, mas se perguntar que função tem, eu não tenho nenhuma. Não tenho uma coisa definida, quebra galho [...]” (S2).

Ficar com a função indefinida compromete a significação do trabalho, já que ser colocado em postos mais difíceis ou mais fáceis de labor tem grande significação social e organizacional (DEJOURS, 2015). Assim, na opinião dos respondentes, ter uma atividade definida parece ser motivo de reconhecimento, enquanto não ter

mostra a fragilidade desses perante a direção.

A vivência do preconceito na situação do retorno ao trabalho após a readaptação também foi um tema presente nos relatos. O preconceito emerge principalmente pela descrença no adocimento que é percebida pelas formas de tratamento advindos de outros profissionais.

“Não é fácil ser readaptado. Existe discriminação. Discriminação entre professores na sala de aula, muita gente não entende o problema. E existe a discriminação de quem trabalha perto da gente porque sabe que é um tapa buraco, aquele que arruma ou faz outra coisinha, são coisas assim que não dá... eu sabia que eu, como professora, tinha capacidade. Hoje eu vejo que não tenho capacidade, eu fico triste” (S2),

“[...] fora de sala de aula tem esse certo preconceito, eles acham que é assim vai readaptar para readaptar. Imagina, é horrível, quantas vezes eu pensei em exonerar, quantas vezes, eu estou indo assim de teimosa né, assim perseverante porque afinal também não sou rica, dependendo do meu salário” (S3).

“[...] é uma triste realidade, mas são os colegas. Às vezes a gente se sente discriminada por eles. Readaptado não faz nada. Outro dia fui pedir uma caneta, e falaram ‘Pra que caneta, você vai escrever o que?’, esse tipo de coisa. Não são todos, mas uns 20%, mas que tem, tem!” (S8).

Observamos que os sentimentos são ambíguos e a maneira como o professor readaptado é tratado depende muito das relações socioprofissionais, pois, embora exista preconceito e discriminação percebidas por alguns, nos relatos de outros também houve acolhimento e apoio social, como exemplificado nos seguintes discursos:

“Meu chefe sempre foi muito solícito, sempre foi muito de entender mesmo, e o convite veio dentro desses parâmetros que ele entendia que eu era uma professora readaptada” (S1).

“Não me sinto nem melhor nem pior, me sinto como um deles, me sinto uma a mais para ajudar” (S5).

“Eles me receberam muito bem, eu estava como aprendiz, ela é muito paciente me ensina, aqui eu não fico sendo julgada” (S7).

Lancman, Toldrá e Santos (2010) apontam que as relações interpessoais são um importante componente de motivação para o retorno ao trabalho. A relação entre pares e gestores, bem como a aceitação e o apoio dos colegas de trabalho e da família, são fatores importantes para a eficácia do processo. O prazer nesse processo foi evidenciado nas situações nas quais o trabalhador sentiu-se apoiado no ambiente de trabalho. O apoio, ou suporte social, está presente nas relações interpessoais que envolvem aspectos de confiança, preocupação com o outro, valorização, comunicação, ajuda e assistência com os recursos disponíveis, sendo considerado um aspecto essencial para favorecer o bom desempenho das tarefas laborais (FONSECA; MOURA, 2008). De acordo com Dejours (2015), p. 76), as relações socioprofissionais são “[...] todos os laços humanos criados pela organização do trabalho: relações com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com os outros trabalhadores - e que são às vezes desagradáveis, até insuportáveis”.

Os resultados corroboram com a opinião de que “a readaptação funcional afeta não somente as relações com os colegas, mas também com o fazer profissional, que se desconfigura, gerando impacto em sua identidade profissional e provocando a marginalização desse docente dentro do recinto escolar” (BARBOSA, 2014, p. 50).

O tratamento do gestor imediato, no caso o Diretor da Escola é um fator relevante para comprometer o processo de retorno ao trabalho readaptado. Como exemplificado no seguinte relato: “O diretor vê o readaptado como um empecilho, é mais uma... eles são obrigados a nos aceitar, mas eles não criam vínculo nem de emprego nem de solidariedade” (S13).

As falas dos entrevistados confirmam os achados de Facci, Urt e Barros (2018), os quais revelam que alguns colegas de trabalho enxergam os readaptados de forma pejorativa, com preconceito, discriminação e julgando que esses não

trabalham. Os dados encontrados nesta pesquisa foram semelhantes a outros estudos encontrados na literatura que aborda o preconceito vivido pelos professores readaptados (PENA, 2017; BERNAL, 2010; MACAIA; FISCHER, 2015). Arbex, Souza e Mendonça (2013) verificaram em docentes universitários de outro estado uma realidade muito similar quanto à percepção do professor readaptado ao se ver recebido com desconfiança por pares e chefias, descrença no adoecimento e discriminação, evidenciando que estes aspectos estão presentes no contexto social das escolas independentemente da região.

Considerações finais

Os discursos dos participantes traduzem vivências singulares relativas ao processo de afastamento-readaptação profissional e retorno laboral em outras funções. Os resultados são semelhantes às concepções de outros estudos que analisaram esta temática em outros contextos e contribuem com as pesquisas que buscam revelar as situações de prazer e sofrimento na relação trabalhador-trabalho.

A pesquisa evidenciou aspectos importantes relacionados ao afastamento por adoecimento entre os professores estaduais sobretudo, o sentimento de inutilidade. O retorno, mesmo em situação de readaptado em outra função, mostrou ser uma possibilidade para retomada do sentido do trabalho, identidade e inclusão social. O apoio social presente nas relações sociais de trabalho mostrou ser um aspecto relevante para amenizar a insegurança no retorno e propiciar satisfação no trabalho.

O contato com os professores readaptados permitiu que aprofundássemos as problemáticas que contingenciam muitos dos sofrimentos psíquicos por eles vivenciados antes do adoecimento/afastamento do trabalho como o número excessivo de estudantes por turma, conflitos interpessoais com alunos com experiências de agressão, baixos salários, baixo investimento educacional, entre outros fatores que apontam para a necessidade de atenção e cuidado que precisa ser levado em conta nos contextos educativos escolares (em um sentido geral).

O campo da saúde do trabalhador precisa avançar nas ações de prevenção e proteção à saúde dos professores sobretudo, nas questões de agravos à saúde psíquica. Nos casos de afastamento do trabalho e retorno mediante processo de readaptação, os procedimentos devem ter uma visão holística por parte dos profissionais de saúde e da equipe escolar, uma vez que este processo é um meio importante de reinclusão social de trabalhadores com restrições.

A análise na proposta pela Psicodinâmica do Trabalho ancorada nos relatos do conjunto de participantes, resultou das vivências subjetivas expressas pelo grupo de trabalhadores durante as entrevistas, sendo assim, o material final produzido revelou o mal-estar, e o sofrimento de professores frente ao adoecimento e retorno ao trabalho, bem como vivências prazerosas na reinserção laboral, expressas nas narrativas.

Como limitações desta pesquisa consideramos o não aprofundamento das análises na modalidade de estudo de caso, dadas as ambivalências subjetivas e experiências pessoais. Por conseguinte, como recomendações para investigações futuras nesta mesma temática, salientamos a importância de alargar a amostra de participantes, utilizando outros procedimentos que possibilitem o recolhimento de dados pretendidos de modo a vislumbrar uma perspectiva mais ampla da Psicodinâmica do Trabalho na compreensão subjetiva de cada história de vida.

Agradecimentos

Agradecemos à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela concessão de Bolsa de Iniciação Científica para o desenvolvimento desta pesquisa, Processo Número: 2018/16342-1.

Referências

AMARAL, Grazielle Alves; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Readaptação profissional de professores como uma promessa que não se cumpre: uma análise da produção científica brasileira. **Educação em Revista**, Marília, v. 18, n. 2, p. 105-120, jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2017.v18n2.08.p105>

AMARAL, Grazielle Alves; BORGES, Amanda Leal; JUIZ, Ana Paula de Melo. Organização do trabalho, prazer e sofrimento de docentes públicos federais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 15-28, jan./jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-3717201700010002. Acesso em: 11 jul. 2020.

ANDRADE, Patrícia Santos de; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 129-140, jan./mar. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100013>

ANTUNES, Sandra Maria Pateiro Salgado Noveletto. Readaptação e identidade docente: um relato de pesquisa. **Cadernos de Educação**, São Bernardo do Campo, v. 13, n. 26, p. 149-158, jan./jun. 2014. <https://doi.org/10.15603/1679-8104/ce.v13n26p149-158>

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, supl. 1, e00087318, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00087318>

ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis; MENDONÇA, André Luis Oliveira. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000100015>

ARCOVERDE, Leo et al. Número de professores afastados por transtornos em SP quase dobra em 2016 e vai a 50 mil. **G1**, São Paulo, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/numero-de-professores-afastados-por-transtornos-em-sp-quase-dobra-em-2016-e-vai-a-50-mil.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2020.

BAPTISTA, Makilim Nunes et al. Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Brasília,

DF, v. 19, n. 1, p. 564-570, jan./mar. 2019.
<http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.1.15417>

BARBOSA, Maria do Socorro Xavier Travassos. **Trabalho docente, readaptação funcional e identidade**: um estudo de caso. 2014. 56 f. Monografia (Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BASTOS, Maria Luiza Almeida et al. Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 53-59, jan./mar. 2018. <http://doi.org/10.5327/Z1679443520180167>

BATISTA, Jaqueline Brito Vidal et al. Transtornos mentais em professores universitários: estudo em um serviço de perícia médica. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 4538-4548, abr./jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i2.4538-4548>

BERNAL, Anastasio Ovejero. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado**: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BERTOLETE, José Manoel; SILVA, Fabiana Travaglini de Abreu; ARCOS, Vânia de Lourdes. Nexo causal em psiquiatria. In: Barbosa, Walnei Fernandes; SCHMIDT, Maria Luiza Gava; BERTOLETE, José Manoel. (Org.) **Perícia médica administrativa**: aspectos conceituais, técnicos e éticos. São Paulo: Editora LTr, 2016. p.235-251.

BICALHO, Wolker Volanin. Aspectos legais da readaptação ao trabalho. In: SCHMIDT, Maria Luiza Gava; DEL-MASSO, Maria Cândida Soares (Org.). **Readaptação profissional**: da teoria à prática. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 71-88.

CARLOTTO, Mary Sandra et al. Prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 19-32, jan./jun. 2019.
<http://dx.doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12464>

CAVALCANTE, Mário Sales. Aspectos polêmicos do Instituto da Readaptação Funcional no âmbito da administração pública. **Revista Controle: Doutrina e Artigos**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 171-192, jul./dez. 2011.

<https://dx.doi.org/10.32586/rcda.v9i2.142>

CESTARI, Elisabete; CARLOTTO, Mary Sandra. Reabilitação profissional: o que pensa o trabalhador sobre sua reinserção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 93-115, jan./abr. 2012.

<https://dx.doi.org/10.12957/epp.2012.8307>

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DEJOURS, Christophe. Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política: a psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (Org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília, DF: Paralelo 15, 2004. p. 165-196.

DEJOURS, Christophe. A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, Ana Magnólia; LIMA, Suzana Canez da Cruz; FACAS, Emília Peres (Org.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília, DF: Paralelo 15, 2007. p. 13-26.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 281-290, maio/ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201802175546>

FONSECA, Ilva Santana Santos; MOURA, Samara Bruno. Apoio social, saúde e trabalho: uma breve revisão. **Psicologia para América Latina**, México, n. 15, dez. 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X200800040012. Acesso em: 5 abr. 2020.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

<https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200003>

GIROTTO, Cristiane; DIEHL, Liciane. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre a possível relação entre o diagnóstico e as situações de trabalho. **Polêm! ca**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 90-115, abr./jun 2016.
<https://doi.org/10.12957/polemica.2016.22904>

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-80.

KENTOŠ, Michal; BIRKNEROVÁ, Zuzana; KOMÁROVÁ, Mária. Quality of life of short term and long term unemployed. **Človek a Spoločnosť**, Košice, v. 13, n. 2, p. 26-37, 2010. Disponível em:
<http://www.clovekaspolocnost.sk/en/rocnik-13-rok-2010/2/studie-a-clanky/kvalita-zivot-a-kratkodobo-a-dlhodobu-nezamestnanych/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LANCMAN, Selma; TOLDRÁ, Rosé Colom; SANTOS, Maria da Conceição dos. Reabilitação profissional e saúde mental no trabalho. In: GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther (Org.). **Saúde mental no trabalho: da teoria à prática**. São Paulo: Roca, 2010. p. 98-112.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 65-88, mar. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100004>

LIMA, Mônica Angelim Gomes de. Retorno ao trabalho (RT): facilitadores e barreiras. In: MENDES, René (Org.). **Dicionário de saúde e segurança do trabalhador**. Novo Hamburgo: Proteção Publicações e Eventos, 2018. p. 996-997.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, nov. 2009. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212009000300006. Acesso em: 22 maio 2020.

MACAIA, Amanda Aparecida Silva. **Excluídos no trabalho? Análise sobre o processo de afastamento por transtornos mentais e comportamentais e retorno ao trabalho de professores da rede pública municipal de São Paulo**. 2013. 242 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MACAIA, Amanda Aparecida Silva; FISCHER, Frida Marina. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 841-852, jul./set. 2015.

<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015130569>

MACHADO, Luciana Cristina; LIMONGI, Jean Ezequiel. Prevalência e fatores relacionados a transtornos mentais comuns entre professores da rede municipal de ensino, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 325-334, jul./set. 2019.

<https://dx.doi.org/10.5327/Z1679443520190424>

MAENO, Maria; VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia. Reabilitação profissional no Brasil: elementos para a construção de uma política pública. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 121, p. 87-99, jan./jun. 2010.

<https://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000100010>

MEDEIROS, Rosana Carneiro Ferreira. **Para uma ecologia (mais) humana do professor readaptado**. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

NEVES, Marco Antonio Borges das. **Doenças relacionadas ao trabalho: o que é isso?**In: NEVES, M.A.B. As doenças ocupacionais e as doenças relacionadas ao trabalho. São Paulo: LTr, 2011.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 609-619, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111132>

PENA, Davi Barbosa. **Mal-estar docente**: estudo com professores readaptados de escolas públicas. 2017. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Escola de Ciências Médicas e da Saúde, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2017.

PERMANENT COMMISSION AND INTERNATIONAL ASSOCIATION ON OCCUPATIONAL HEALTH. Sub-committee on absenteeism: draft recommendations. **British Journal of Industrial Medicine**, London, v. 30, n. 4, p. 402-403, Oct. 1973. <https://doi.org/10.1136/oem.30.4.402>

RAMOS, Márcia Ziebell; TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano. A experiência de afastamento do trabalho por adoecimento vivenciada como processo de ruptura ou continuidade nos modos de viver. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 209-221, jul./dez. 2008.
<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v11i2p209-221>

SANTANA, Franciele Ariene Lopes; NEVES, Ilidio Roda. Saúde do trabalhador em educação: a gestão da saúde de professores de escolas públicas brasileiras. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 786-797, jul./set. 2017.
<https://doi.org/10.1590/s0104-12902017167259>

Silva-Junior, João Silvestre da. Retorno ao trabalho (1). In: MENDES, René (Org.). **Dicionário de saúde e segurança do trabalhador**. Novo Hamburgo: Proteção Publicações e Eventos, 2018. p. 994.

TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano. Saúde mental e trabalho: reflexões a partir de estudos com trabalhadores afastados do trabalho por adoecimento profissional. In: JACQUES, Maria da Graça Correa et al. (Org.). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 70-80.

TOLDRÁ, Rosé Colom et al. Facilitadores e barreiras para o retorno ao trabalho: a experiência de trabalhadores atendidos em um centro de referência em saúde do trabalhador - SP, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 121, p. 10-22, jan./jun. 2010.
<https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000100003>

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, jan./mar. 2018.
<https://doi.org/10.1590/0103-1104201811607>

UCHIDA, Seiji; LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. Contribuições da psicodinâmica do trabalho para o desenvolvimento de ações transformadoras no processo laboral em saúde mental. In: GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther (Org.). **Saúde mental no trabalho: da teoria à prática**. São Paulo: Roca, 2010. p. 191-209.

VIEIRA, Rosemary Carrusca. **Readaptação funcional de professores no serviço público: a organização como determinante de conflitos intersubjetivos e dramas pessoais**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ZAVARIZZI, Camilla de Paula; ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de. Afastamento do trabalho e os percursos terapêuticos de trabalhadores acometidos por LER/Dort. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 113-124, jan./mar. 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811609>



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)